

PREFÁCIO

1. Vulto maior da cultura portuguesa, Manuel Maria Carrilho é um dos pensadores que, a partir dos anos 80 do século XX, mais marcou o panorama da filosofia em Portugal. Essa marca é notória em vários registos. Mostra-se, por um lado, na dinâmica que introduziu no domínio da investigação filosófica, sendo de destacar a constituição, em 1977, do G.I.F.E (Grupo de Investigação de Filosofia e Epistemologia) e, posteriormente, a criação das revistas Filosofia e Epistemologia (1979-1984) e Crítica (1987-1993). Evidencia-se, por outro, em iniciativas no campo editorial com o propósito de modernizar e abrir o panorama filosófico português a autores e temas marcantes da contemporaneidade, tendo dirigido diversas coleções de filosofia («Clássicos de Filosofia», na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, «Opus-Biblioteca de Filosofia», nas Publicações Dom Quixote e «Argumentos», nas Edições ASA) e colaborado regularmente com jornais de referência. Revela-se, ainda, no ativo empenhamento que colocou na reforma do ensino da filosofia (foi, entre 1988 e 1990, o coordenador do Projeto de Reforma do ensino da disciplina de filosofia no Ensino Secundário). E destaca-se, finalmente, na forma como desenvolveu um pensamento original através do qual procura enfrentar os impasses da formulação moderna do tema da racionalidade.

Se, em termos do percurso filosófico de Manuel Maria Carrilho, Miguel Real propõe uma distinção entre duas fases¹ — a primeira compreendida entre 1977 e 1986 e dominada pelo interesse pela epistemologia, a segunda compreendida entre 1987 e 2000 e dominada pelo racionalismo retórico, pragmático e perspectivista —, não fazendo referência ao espaço que medeia de 2001 até ao presente, parece-me todavia importante considerar também este período e caracterizá-lo como aquele em que se dá a assunção da cultura enquanto horizonte de convergência entre o reflexivo-problemático e o prático-político e, por conseguinte, propício a um pensamento que se desdobra na interpretação de sinais, se foca na articulação de problemáticas nucleares para a vida em comum e, finalmente, se tece sob a tensão do futuro.

Não é por isso de estranhar que uma reflexão de fundo sobre a democracia e os contextos culturais das suas metamorfoses se vá aí desenhando progressivamente, tal como não me parece filo-

¹ Cf. Miguel Real, *O Pensamento Português Contemporâneo*, IN-CM, 2011, pp. 745-756.

solicamente incoerente a opção de, a partir de 1995, os seus livros resultarem sobretudo da compilação de textos, articulados com mestria, correspondentes a artigos, crônicas, intervenções e entrevistas que mapeiam o percurso de determinados ciclos temporais. Pelo contrário, tal parece significar a assunção das virtudes da estratégia eclética — estudada aliás com profundidade na sua tese de doutoramento — e da imagem do filósofo como ironista interrogativo, consonantes não só com uma era pós-filosófica (em que a filosofia perde os seus privilégios) como também com a visão proposta por Rorty do filósofo como um «all purpose intellectual»².

Por isso pôde o autor de Filosofia subescrever como sua «uma visão de ciência sem privilégios e da filosofia sem arrogâncias: daí que lhe convenha tão apropriadamente a imagem, reconheça-se que algo insolente, do filósofo como um ironista interrogativo: a de alguém que — ao contrário do que, de embolia em embolia filosófica, acontece com os essencialistas — assume nas suas diversas consequências a finitude do homem, a contingência dos acontecimentos, os poderes da linguagem, procurando assim dar à filosofia uma configuração experimental, ou seja, de uma disciplina que já não se ordena pela obediência aos princípios que institui, mas pela expectativa dos efeitos que sabe produzir e acolher» (Vol. I, p. 485).

É pois no horizonte mais alargado da cultura que o filósofo renuncia à territorialização da filosofia e ao acanhamento a que esta é submetida no meio universitário. E é descartando como ociosas as pretensões de magistralidade do discurso filosófico que irá encontrar a espaço — e o modo — da sua intervenção.

Numa entrevista concedida ao seu editor brasileiro³ a propósito da noção de cultura, Zygmunt Bauman avançou com uma ideia que me parece bem consonante com o registo que encontramos nos livros e nos textos que Manuel Maria Carrilho publicou na última década. Afirmava então o sociólogo polaco que «temos pouca ou nenhuma dúvida de que, em vez de ser uma força conservadora, a cultura está constantemente sondando, desafiando e pressionando o status quo para que mude. Cultura, nós podemos dizer, é uma faca pressionada contra o futuro. Dificilmente cultura e realidade estão plena e verdadeiramente em paz. Isso foi o que quis dizer ao reaperesentar a cultura como práxis — a atividade em curso de reformular, simultaneamente, os padrões das ideias humanas e as práticas humanas».

Penso ser também neste horizonte alargado do sentido de cultura que podemos inscrever as obras da terceira fase, obras que interpreto como estando totalmente em linha não só com as perspetivas filosóficas que Manuel Maria Carrilho cedo consolidou como, ainda, com as contingências que, entre 1995 e 2000, o levaram a ocupar o lugar de ministro da Cultura, entre 2000 e 2008, o de deputado na Assembleia da República, entre 2008 e 2010, o de Embaixador de Portugal junto da UNESCO, em Paris e que conduziram, mais recentemente, ao regresso à Universidade Nova de Lisboa onde é professor catedrático desde 1994.

Se, por fim, quiséssemos encontrar a persistência de um fio condutor na elaboração da sua obra, teríamos de nos virar para a sua obsessiva relação com a escrita. Com efeito, é a preocupação com a consistência do pensamento e das ideias, na sua relação com os efeitos práticos, aquilo que permite compreender a escrita de Manuel Maria Carrilho como algo que lhe é tão vital como o

² Veja-se, a este propósito, a página 429 do volume I. Salvo as exceções devidamente referenciadas, as páginas indicadas remetem sempre para os volumes da presente edição de *Pensar o Mundo*.

³ Cf. http://www.zahar.com.br/catalogo_exclusivo.asp?id=1315&ide=659

ar que respira. É na escrita que ele joga uma identidade que não se deixa fixar em autorretratos⁴, é na escrita que abre portas à dimensão experimental que os desafios do pensamento comportam, é na escrita que ele dá asas ao risco, e ao prazer, das tomadas de posição inconformistas e guerreiras, é na escrita que mantém a dinâmica projetiva de visões e desígnios que sempre pulsam nos que têm no seu horizonte a generosidade da partilha e o apreço pelo comum.

Aliás, a explicação da fórmula, dada no título de um texto dedicado a Eduardo Prado Coelho — «escrever para compreender» (Vol. II, p. 438) — é explicitada num outro texto elaborado no contexto do convite que lhe foi endereçado para escrever no número mil do Jornal de Letras, Artes e Ideias: «procuro sempre escrever para compreender e (se possível) fazer compreender; é na escrita que se desenvolve e apura a inteligibilidade do mundo e dos seus acontecimentos que, na sua incontornável fragilidade e contingência, procuro partilhar com o leitor» (Vol. II, p. 477). A escrita surge, assim, como o solitário «laboratório de ideias» onde procura refinar e dar sentido prospetivo às intuições que lhe chegam através das diversas «antenas» com que interessadamente perscruta o mundo.

2. A presente publicação, em dois volumes, das obras de Manuel Maria Carrilho, encontra-se dividida em quatro partes. Na primeira estão agrupados os livros publicados entre 1982 e 1990. A segunda reúne os livros publicados entre 1994 e 1999. A terceira aglomera os livros publicados entre 2001 e 2006. Finalmente, a quarta é composta pelos livros publicados entre 2010 e 2012.

Ao dar a coesão da sequencialidade cronológica às obras que o livre-pensador publicou no decurso de um período de trinta anos (1982-2012), esta edição facilita a aquisição de uma perspetiva global sobre o seu pensamento e permite desenhar o mapa de um singular percurso que começa com a filosofia, se estende à ação política e se prolonga na persistência de uma reflexão atenta às metamorfoses da cultura e aos sinais — e contingências — do mundo.

Começemos pela filosofia, procurando assinalar, neste campo, a originalidade do pensamento do autor de Jogos de Racionalidade, título que, por si só, denota não apenas a centralidade que a questão da racionalidade ocupa no seu pensamento, como dá também indicações importantes quanto ao caminho escolhido para a tematizar. Pode dizer-se, aliás, que na conceção da racionalidade a partir da ideia de jogo (numa inspiração assumidamente wittgensteiniana) e, por outro lado, na sua colocação sob o signo do plural e do irreduzível, está contido todo um roteiro filosófico de crítica e de investigação. Crítica às conceções absolutistas, fixistas, fundacionalistas e essencialistas da razão, seja em que domínio for (mas, por razões que se prendem com o seu estatuto privilegiado, particularmente no domínio da ciência) e investigação no sentido de descodificar o funcionamento do triângulo linguagem-instituição-poder, procurando-se apurar a dimensão constitutiva dos usos da linguagem nos procedimentos que levam a cunhar noções como «facto», «verdade», «objetividade» ou «razão».

Mas retrocedamos um pouco e, mais precisamente, à ideia de que «a filosofia é uma atividade de expressão de problemas» (Vol. I, p. 405). Se a noção de problema cedo se tornou nuclear no pensamento de Manuel Maria Carrilho, o destaque assinalado na citação anterior é um sinal

⁴ Veja-se, a este propósito, o notável texto intitulado «Autorretrato» (Vol. I, pp. 879-880).

eloquente do enquadramento contemporâneo em que ele a insere. Com efeito, como notou Marc Angenot, «a filosofia contemporânea, até nas suas polémicas irreconciliáveis, é uma filosofia do discurso. E isto, de Rorty, Lyotard e Derrida a Apel, Habermas, Carrilho e Meyer»⁵.

Sabemos como se repercute, em termos de crítica à filosofia metafísica, o interesse pela linguagem e pelo discurso: ele convoca uma particular atenção para a noção de mediação — e particularmente para o meio discursivo — e traz a primeiro plano a noção de interpretação, menos próxima da ideia de certeza do que da aventura do alargamento do pensável. Conduz, por outro lado, não só a questionar as pretensões da filosofia metafísica no privilégio que esta atribuiu à via intuitiva no acesso à verdade, como também a problematizar uma categoria de objetividade ancorada nas notas da necessidade e da universalidade. É isso mesmo que o autor de «O dogma da objetividade» explicita ao afirmar que «só há realidade, e factos, depois de haver palavras e imagens que, digamos, os formatem. (...) A realidade aparece sempre já marcada por opções (esta palavra ou esta imagem, e não muitas outras possíveis) antes das quais, em rigor, não há nada. O leitor pode fazer a prova do que digo — avance lá, se for capaz, com o que quer que seja que não venha já em palavras ou imagens que qualificam aquilo de que quer falar (Vol. II, p. 36). Enfim, e para tudo resumir, vale a pena retomar um verso do poeta Manuel António Pina onde este ponto é incisivamente evidenciado: «Com que palavras e sem que palavras?»⁶.

Em suma, a tónica posta na incontornável mediação⁷ leva ao abandono da focalização epistemológica e das mitologias da correspondência entre o conhecimento e a realidade e, simultaneamente, abre para o registo da articulação entre versões e efeitos no qual a historicidade, a contingência e a dimensão social e política do pensamento têm o seu melhor enquadramento.

Ora é precisamente isto que está na base do deslocamento que Manuel Maria Carrilho opera ao propor a retórica como um novo paradigma da racionalidade⁸. Deslocamento, assimale-se, que é o corolário de um percurso em que o estatuto do conhecimento científico é questionado a partir da leitura de filósofos como Karl Popper, Thomas Kuhn ou Paul Feyerabend, as teorias da verdade são interrogadas a partir do gesto desconstrutivo dos mestres da suspeita (Nietzsche, Marx e Freud) e dos trabalhos de Gilles Deleuze e de Michel Foucault, o reconhecimento dos limites da filosofia analítica convergem com o interesse pelo 'segundo' Ludwig Wittgenstein e pela noção de «jogo de linguagem», em que se tece um olhar crítico sobre a noção de problema tal como a hermenêutica a tematiza, se polemizam as leituras de Karl-Otto Apel e de Jürgen Habermas sobre a modernidade e, finalmente, em que se consolida a importância do perspectivismo nietzscheano, do pragmatismo, das conceções neopragmáticas de Richard Rorty, da renovação perelmaniana da argumentação e da retórica e da problematologia de Michel Meyer.

⁵ Marc Angenot, *Dialogues de Sourds*, Mille et Une Nuits, 2008, p. 126. E, de facto, M. M.^a Carrilho fala de «uma confluência decisiva, a nosso ver, no pensamento contemporâneo, entre, por um lado, as consequências do perspectivismo e, por outro, as do *linguistic turn*. É a compreensão desta confluência — e da dupla suspeita que nela se realiza sobre a consciência e sobre a linguagem — que permite colocar em novos termos o problema da racionalidade (Vol. I, p. 381).

⁶ Verso do poema intitulado «LUDWIG W. EM 1951», publicado pela primeira vez em 1999, no livro *Nenhuma Palavra e Nenhuma Lembrança*, Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 10-11.

⁷ Vejam-se, a este propósito, afirmações como: «A realidade é mediática, sempre foi» (Vol. I, p. 675.); «a razão exerce-se sempre na linguagem, mas esta é de ordem retórica (Vol. I, p. 741).

⁸ Cf. M. M.^a Carrilho (Org. e prefácio), *Retórica e Comunicação*, Porto, Edições ASA, 1994. É que, como explica, «a legitimação passa sempre pela linguagem; aqui, o perspectivismo leva-nos a pensar a partir da irreversibilidade da mudança e, portanto, valoriza a contingência e não a necessidade. (Vol. I, p. 713).

A originalidade do seu pensamento filosófico pode sintetizar-se, contudo, na proposta positiva que, procurando pluralizar e libertar a noção de racionalidade do espectro da crise e dos seus impasses, é apresentada como um «perspetivismo sem niilismo» (Vol. I, p. 676). Se, na sua versão reativa, o niilismo é ainda polarizado pelas nostalgias da Unidade e do papel regulador da Razão, o mesmo não acontece quando os poderes e as implicações da contingência são valorizados no quadro de um perspetivismo reformulado⁹ a partir da ênfase que o pragmatismo dá à noção de crença enquanto hábito de ação, que neopragmatismo põe nos contextos comunitários e que a retórica coloca no circunstanciado, no apropriado e no oportuno.

É que o perspetivismo — importa insistir neste ponto — mais do que uma teoria, é, à vez, um modo de situar os processos de inteligibilidade no registo das versões, uma forma compreender a construção das argumentações em que aqueles se exprimem como resultantes de procedimentos de tematização (nos quais o possível e o preferível operam indissociável e seletivamente na configuração do problemático¹⁰) e, finalmente, um modo de aferir, não a validade, mas a relevância, a partir duma atenção aos efeitos.

Se a irredutível pluralidade é tradicionalmente temida como um relativismo¹¹ que conduz à ausência de um critério racional último e universal, no contexto do perspetivismo de Manuel Maria Carrilho ela apenas espelha a recorrência da uma conflitualidade inerente à tensão problemática que atravessa a vida dos homens, que é solidária da liberdade de escolha e da exigência de responsabilidade e, por fim, que coloca o desafio da criatividade e as artes da negociação¹² ao serviço da concretização do possível e do alargamento experimental do pensável.

O deslocamento que aqui se opera tem a sua melhor expressão, como já salientámos, na ideia de jogos de racionalidade. Trata-se de uma noção-corolário cuja fecundidade se revela na tensão inerente aos jogos que se jogam em conformidade com as regras (caso em que se tende a enfatizar a rigidez das regras e a inseri-las num ideal funcional de necessidade quase-matemática) e aqueles em que as próprias regras estão em jogo (caso em que se tende a enfatizar os processos de metamorfose e a inseri-los num quadro político em que a contingência não pode ser descartada)¹³.

⁹ A expressão é do próprio Manuel Maria Carrilho (cf., Vol. I, p. 609), que utiliza também o termo «neoperspetivismo» (Cf., Vol. I, p. 485).

¹⁰ A propósito da edificação das problemáticas M. M.^a Carrilho fala de procedimentos de nuclearização e de periferização (Cf. Vol. I, p. 543), noções próximas às de «saliência» e de «filtragem» avançadas por J.-B. Grize em *Logique naturelle & communications*, Paris, P.U.F., 1996, p. 68.

¹¹ Escreve contundentemente Manuel Maria Carrilho a propósito do relativismo que ele: «é um espectro inventado pelo desespero universalizante que sente que o seu tempo passou, que se apercebe de que ele próprio é visto como uma posição bem grudada a um conjunto de crenças, desejos e expectativas outrora dominante, mas hoje irremediavelmente marginalizado e à beira do esquecimento» (Vol. I, p. 696).

¹² Termo que utilizamos tendo em mente a definição que Michel Meyer dá, e que Manuel Maria Carrilho acolhe, da retórica como «negociação da distância entre indivíduos a propósito de uma questão».

¹³ Veja-se, propósito da ideia de jogo, a excelente passagem que podemos encontrar na página 588 do Vol. I, onde se fala do «jogo infinito da contingência, aquele em que, afinal, se jogam sempre as próprias regras do jogo». Já anteriormente tinha sido feita uma distinção, a partir da teoria dos jogos de Carse, entre jogos finitos e jogos infinitos: «os jogos finitos têm, temporalmente, um início determinável, são definidos a partir do exterior, orientam-se por regras estáveis e desenrolam-se no quadro de limites precisos; os jogos infinitos, pelo seu lado, são indetermináveis quanto ao seu começo, definem-se pelo seu interior e governam-se por regras alteráveis, instáveis» (Vol. I, p. 559). A fecundidade e o significado da ideia de jogo para pensar a racionalidade é também bem evidenciada na seguinte passagem: «É exatamente esta rigidez que a ideia de jogo quebra: as regras relevam do heterogêneo, o seu funcionamento é de ordem instrumental e o seu campo comporta a mais extrema diversidade. E, mais importante ainda, elas relevam não de prescrições lógicas mas de dinâmicas comunitárias, pelo que a sua flexibilidade atinge os próprios critérios dos seus usos» («Perspectivismo» in *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 263).

Mas, deve acrescentar-se que, formulada por alguém que desde cedo compreendeu as virtudes do pragmatismo e que sempre se interessou — mais do que por arquitetônicas essencialistas avessas ao devir e às metamorfoses — pelos efeitos e pela consequencialidade prática e transformadora das ideias na vida dos homens, a elaboração teórica da tensão acima referida está em linha com uma inequívoca apetência para a ação política. Se esta tinha já sido assumida institucionalmente com a sua filiação partidária em 1986, é no entanto a partir da contingência de um convite que o levará a ocupar o lugar de ministro da Cultura que ela se revelará como uma vocação. Ora, assim me parece, é justamente isso que se torna manifesto quando, concluída a leitura de Hipóteses de Cultura, que encerra o primeiro volume, se dá início à leitura do segundo volume deste Pensar o Mundo.

3. Filosofia, retórica e política. A articulação é bem conhecida. Mas a sequência é particularmente ajustada e original no caso de Manuel Maria Carrilho, que as soube fazer convergir com brilho no horizonte mais alargado da cultura.

Com efeito, o autor de A Cultura no Coração da Política foi o ministro do momento mais risonho da cultura desde o 25 de Abril. Do único momento em que verdadeiramente a política cultural assentou numa visão estratégica de longo-prazo, apostada não só em dotar o país de infraestruturas fundamentais como, sobretudo, em gerar uma dinâmica integrada, polarizadora e ambiciosa.

Se encarou a desafiante e exigente tarefa de fundar de raiz um ministério da Cultura adotando como seu princípio de ação a frase de William James «primeiro continua-se, depois começa-se» (Vol. I, 769), não deixou todavia de sonhar e de lutar para que a cultura se tornasse um elemento distintivo do projeto político em que participou. «A cultura não pode ser uma flor na lapela» — afirmou repetidamente, associando-a, ao invés, a um desígnio preciso: o de «fazer da cultura um eixo vivo e inspirador da ação política e da política uma atividade com uma assumida matriz cultural (Vol. I, p. 797).

Sobre os meandros do seu mandato enquanto ministro da Cultura, as políticas culturais que fomentou e as dificuldades e conquistas que pontuaram o seu percurso, pode o leitor encontrar na presente obra informação detalhada, rigorosa e valiosa, quer do ponto de vista histórico-testemunhal, quer no da perspetivação filosófica da cultura e das políticas culturais. Afinal, se é rara entre nós a palavra dos filósofos, mais rara e preciosa é ainda a palavra de um filósofo no ministério da Cultura. Rara porque nos coloca perante o caso excepcional de alguém com a coragem, a bagagem e a capacidade de fazer acompanhar a sua ação política por um constante esteiro de ponderação das suas opções estratégicas¹⁴ — opções e posições que torna públicas e que explica em livros como Hipóteses de Cultura, O Estado da Nação e A Cultura no Coração da Política. E preciosa porque é no espírito de missão, e não no de função, que nos chega a força inspiradora do seu projeto, a largueza de horizontes em que sempre o soube articular e o estímulo duma visão prospetiva cujos objetivos foram sempre os da valorização de Portugal.

¹⁴ É que, lembra o autor, «política são opções» (Vol. I, p. 789).

4.

Foi bonita a festa, pá / Fiquei contente / Ainda guardo renitente / Um velho cravo para mim
 Já murcharam tua festa, pá / Mas certamente / Esqueceram uma semente / Nalgum canto de jardim

Chico Buarque, *Tanto mar*

Os versos em epígrafe permitem assinalar com justeza o que se seguiu, em termos de políticas culturais, à demissão de ministro da Cultura apresentada por Manuel Maria Carrilho em julho de 2000: um dismantelamento progressivo do ministério da Cultura, até à sua certidão de óbito e atual formatação como uma secretaria de Estado sem assento no conselho de ministros. Um tiro, pois, no coração da política, solidário duma inflação da estupidez, de um abastardamento da política e de uma fragilização da democracia. Enfim, e para utilizar uma expressão do ex-ministro da Cultura, a apoteose do vazio.

Isso não bastou, todavia, nem para esmorecer o inconformismo de Manuel Maria Carrilho, nem para o afastar de uma ação política consubstanciada em projetos de paixão. A sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Lisboa — «Lisboa com Projeto, com Futuro e com Governo» — é disso um exemplo. Mas ela marca, também o fim de um ciclo e o princípio de um processo de metabolização da mudança no qual o afastamento geográfico (a ida para Paris como embaixador na UNESCO) culminará no distanciamento do aparelho político-partidário, num retorno à militância de base, à perspetiva da cidadania e à vida académica.

Se é verdade que são as contingências que dão forma ao devir dos percursos, não deixa de haver lastros — furtivos, é certo, aos olhares instantâneos, mas visíveis na esculturas que o tempo vai deixando — que reincidem e se tendem a refinar em cada retorno. É o que penso poder constatar com a quarta parte da presente obra, onde o seu autor, fiel ao estilo, às convicções e a uma atitude reformista que vislumbra os benefícios e a importância das refundações, nos apresenta análises desassombradas e depuradas de quem se sente no conforto da «boa distância» para pensar o mundo.

Afinal, nada de muito diferente do que Manuel Maria Carrilho tinha já escrito em Crónicas Intempestivas ao referir que «o que a política (ainda) conserva de fascinante é, no fundo, simples, e passa por aqui, pois trata-se do que ela mais profundamente partilha com a vida: a enorme margem que tantas coisas têm de poderem, de facto, vir a ser outra coisa — mudadas, transformadas, reinventadas. Por isso, hoje o grande combate é entre, por um lado, o conformismo que promove em contínuo — na escola como nos partidos, nas empresas como nos media — padrões de mediocridade e mensagens de resignação e, por outro lado, o inconformismo dos que acreditam que é possível algo diferente, e melhor» (Vol. II, p. 159).

É este mesmo horizonte, percorrido com a argúcia de sempre mas de um modo progressivamente mais consolidado pela boa medida que permite articular o global e o local, aquele que encontramos nesta fase. Nela se consolida uma reflexão sobre o país, se sugere uma «nova república» e se diagnostica que é precisa uma «mudança de expectativas e de comportamentos, de linguagem e de valores» (Vol. II, p. 506). As análises apresentadas neste contexto, que percorrem os grandes eixos problemáticos da contemporaneidade — da questão dos modelos de desenvolvimento à im-

portância da educação e da qualificação, dos impasses da União Europeia aos problemas da globalização, da promiscuidade entre os media e o poder à qualidade da democracia, do «impasse português» à crise do capitalismo neoliberal, das metamorfoses da cultura contemporânea aos fenómenos da alienação massificada... — ajudam certamente a perceber porquê e em que sentido.

5. Este prefácio não podia concluir-se sem referência à qualidade literária do escritor Manuel Maria Carrilho e à expectativa de que o prazer que o prefaciador teve com a leitura da presente obra possa ser partilhado por todos os amantes da escrita cristalina, na qual o pulular das intuições se alia ao requinte e ao rigor da formulação, a seriedade do olhar dança com a ironia, a densidade dos conceitos rima com a vida em que nos reconhecemos, a vitalidade inventiva dos títulos instiga uma expectante curiosidade e o carácter simultaneamente propositivo e provocador dos conteúdos convida à aventura do pensamento e à vivência partilhada de um futuro a vir.

Rui Alexandre Grácio